



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



A FORMAÇÃO HUMANA NO ENSINO DE GEOGRAFIA E A PRODUÇÃO DE TEXTOS

Roberto Silva dos Santos¹

Eixo Temático: Educação, Sociedade e Práticas Educativas.

Resumo

Este artigo se propõe a analisar o ensino de geografia que ainda se mantém balizado a partir das orientações da pedagogia burguesa e suas variações. Ao mesmo tempo em que esse modelo de ensino é contestado propõe-se um ensino que promova a formação humana dos estudantes. A defesa do ensino para formação humana visa permitir que os alunos possam entender o espaço geográfico de forma crítica, de modo a compreenderem as relações sociais de exploração capitalista. Nesse sentido, é fundamental que os estudantes concebam o espaço geográfico como parte desse espaço com todas as contradições. Diante disso, considera-se a produção e a discussão de textos dissertativos em sala de aula como estratégias que possibilitam a reflexão crítica da realidade, em que os alunos possam apresentar suas opiniões e observações sobre o espaço.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Educação para Formação Humana;; Texto Dissertativo.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la enseñanza de la geografía, que sigue siendo guiado por las directrices de la pedagogía burguesa y sus variaciones. Al mismo tiempo en que este modelo de enseñanza es cuestionado, se propone una educación que promueva la formación humana de los estudiantes. La defensa de la enseñanza para la formación humana tiene como objetivo permitir a los estudiantes a entender el espacio geográfico críticamente con el fin de entender las relaciones sociales de explotación capitalista. Por lo tanto, es esencial que los estudiantes conciban el espacio geográfico como parte de este espacio con todas las contradicciones. Por lo tanto, se considera la producción y la discusión de textos dissertativos en aula como estrategias que permitan la reflexión crítica de la realidad, en el cual los estudiantes pueden presentar sus opiniones y observaciones sobre el espacio.

Palabras-clave: Enseñanza de la Geografía; Educación para la Formación Humana; Producción de textos.

Introdução

O papel da escola, enquanto espaço de formação de homens e mulheres, deve ser para transmissão e elaboração de conhecimento, visando à emancipação humana. Isso significa que os professores devem romper com ensino tradicional-burguês que prende o conhecimento aos livros didáticos e desconsidera o saber dos educando, bem como a produção de novos conhecimentos, tendo como ponto de partido a realidade social.

Cabe ao ensino da geografia, dentro dessa perspectiva, promover a reflexão crítica da realidade social, de modo a emancipar para vida em sociedade. Entretanto, ainda existe um fosso entre os debates acadêmicos e o ensino em sala de aula, o qual continua preso ao conhecimento em gavetas e descontextualizado da realidade. Essa distância dificulta o ensino emancipador que favoreça a reflexão crítica do espaço geográfico. Assim, é fundamental que o ensino de geografia possa relacionar os diversos aspectos da realidade, de modo a atuar e interferir criticamente no espaço.

A educação para emancipação humana deve romper com esse modelo pedagógico burguês. Entende-se que a formação humana é a compreensão de que o conhecimento científico é um instrumento de poder e que todos os estudantes devem ter acesso indistintamente. Como instrumento de poder e de dominação de classe, o conhecimento deve ser utilizado pela escola para superação das relações de exploração capitalista existente no espaço geográfico.

A escola, portanto, deve assegurar o conhecimento que promova a consciência crítica. Nesse sentido, o professor deve priorizar e apontar para a necessidade dos estudantes saber ler, escrever e compreender o texto. A compreensão do texto é o caminho que possibilita o acesso aos conhecimentos científicos que a escola deve possibilitar aos alunos. Assim, o uso da leitura e da escrita em sala de aula são instrumentos de superação das dificuldades de aprendizagem comum nas escolas. Além disso, a produção de texto possibilita a reflexão crítica sobre a realidade social.

O objetivo desse artigo é apresentar nossa experiência pedagógica em sala de aula como meio para possibilitar a reflexão sobre o ensino de geografia nas escolas de educação básica. O ensino ainda continua sendo orientado pelos livros didáticos e trabalhado de modo enciclopédico que distancia os alunos dos conhecimentos geográficos necessários para compreender o espaço geográfico de forma crítica para que possam entender as relações sociais capitalistas a partir de suas realidades sociais econômicas.

Realidade social e o currículo de Geografia

Na prática escolar, são inúmeras as realidades e as experiências com as quais nos deparamos. Entre elas, cabe destacar as dificuldades de aprendizagem dos alunos em geografia. Essa dificuldade passa no caminho percorrido pela ciência em transformar o conteúdo escolar em algo que possibilite o aprendizado dos estudantes. Esse desafio perpassa pelo rompimento com a pedagogia tradicional burguesa e suas variações que persiste em hegemonizar o ensino no Brasil.

Ainda é comum nas escolas públicas e privadas o ensino de geografia fundamentado na memorização. Essa metodologia de ensino consiste na descontextualização, ou seja, um ensino enciclopédico onde a realidade social não é levada em consideração no processo ensino-aprendizagem.

No ensino de geografia, portanto, ainda persiste à distância do conhecimento científico com a realidade, ou seja, a forma como ele é ensinado nas escolas acaba não fazendo sentido para os estudantes. O conhecimento ainda continua sendo muito estudado e pouco produzido. Isso significa que os professores ainda continuam presos aos livros didáticos e desconsideram o saber dos educando, bem como a produção de conhecimento, tendo como ponto de partido suas realidades. Analisando esse cenário, CASSAB (2009) discute que

[...] os professores nas escolas, muitos formados na escola clássica da Geografia e num regime educacional em que tudo vinha pronto (desde o currículo, metodologia ao planejamento), tiveram grande dificuldade em colocarem em prática o ensino dessa geografia. O resultado, em muitos momentos foi a elaboração de currículos extremamente conteudistas, distantes da realidade dos alunos e que, embora pretendessem estimular o pensamento crítico dos alunos, eram ensinados no mesmo modelo tradicional: decoreba e reprodução. Agora, em vez de decorarem os nomes dos rios os alunos memorizavam o que era divisão social do trabalho, mais valia, modo de produção e etc (p. 48 e 49).

Esse modelo de ensino em nada contribui para emancipação humana dos estudantes, de modo que possam compreender suas realidades. Para Santos (2000), citado por Oliveira (2005, p. 98), "a grade de leitura das sociedades deve ocorrer a partir de seis espaços privilegiados de inserção social: o doméstico, o do mercado, o da produção, o da comunidade, o da cidadania e o espaço mundial". A compreensão desses espaços pelos alunos é crucial para que possam entender o mundo e suas contradições. Assim, cabe ao ensino da geografia promover a reflexão crítica da realidade social, de modo a emancipar para vida em sociedade.

O desafio do currículo geográfico, portanto, é possibilitar a relação entre os elementos do espaço geográfico: social, econômico, geopolítico, cultural e ambiental, visando à emancipação humana. Entretanto, ainda existe um fosso entre os debates acadêmicos e ensino em sala de aula. Essa distância dificulta o ensino emancipador que o leve a relacionar os diversos aspectos da realidade, de modo que os estudantes possam atuar para interferir na organização do espaço geográfico.

Nessa perspectiva, o ensino deve ter como ponto de partido o cotidiano dos alunos. O papel dos professores é transformar o cotidiano do senso comum em ponto de reflexões e construções de relações sobre as características do espaço geográfico local, regional, nacional, continental e mundial. "O cotidiano é, portanto, um mapa de grande escala no qual a vida se desenvolve, que, abandonado a si mesmo, estaria condenado a jamais "ver" a sociedade na qual se insere." (OLIVEIRA, 2005, p. 58).

Cabe aos professores o exercício de sua autonomia para romper com as tentativas, cada dia mais forte, de afronta a esse direito constitucional, referendado na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os defensores da "nova" pedagogia burguesa, chamada de pedagogia das competências, presente nos pacotes instrucionais, defendem um professor que forme pessoas para perceberem os problemas da sociedade, mas que não consigam compreendê-los. Para SANTOS (2012),

[...] a educação adaptada à pedagogia das competências exige um novo perfil de professor que seja facilmente manipulado e que não tenha resistência aos pacotes instrucionais que tiram a autonomia docente. (p. 209)

Portanto, a educação para emancipação humana deve romper com esse modelo pedagógico burguês. Para tanto, o ensino deve estar centrado nos processos de trabalho e suas contradições como instrumentos de produção material e simbólica da vida em sociedade. Nessa perspectiva, o conhecimento deve ser entendido como instrumento de poder e de dominação de classe e a pedagogia burguesa visa conservar as relações de poder na sociedade capitalista. Debatendo a necessidade de superação da pedagogia burguesa, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE, em seu projeto para a educação pública sergipana, defende que:

A Escola Democrática e Popular, ao invés da memorização ("decoreba") e do desenvolvimento do "aprender a aprender", deve eleger como referência a qualificação pedagógica. Isso significa: (a) assegurar o domínio dos conhecimentos sistematizados que permitam a interpretação e a intervenção

crítica na realidade e nas formas de produção da existência humana e, concomitantemente, (b) desenvolver a lógica dialética como referência para o pensar. E a necessidade de superar os aspectos da cultura escolar que restringem as práticas pedagógicas e a apropriação do conhecimento. É preciso democratizar as relações dentro e fora das salas, nos demais espaços pedagógicos e ir além dos muros da escola. Ensinar e aprender devem estar a serviço da construção de uma sociedade de novo tipo. (SINTESE, 2013, p. 31-32)

A defesa da escola que seja democrática e popular deve assegurar o desenvolvimento da consciência crítica, tendo a realidade sociocultural do aluno e da escola como ponto de partida para aprendizagem. Assim, o ensino que visa à emancipação humana os professores aprendem enquanto ensinam e os alunos ensinam enquanto aprendem.

A geografia tradicional teve como objetivo, servir ao poder, defendendo que somente a descrição da realidade seria suficiente para conhecer o espaço geográfico. Essa concepção servia para camuflar a sua importância como meio para conhecer a realidade criticamente e saber intervir sobre ela. Essa prática de ensino tradicional deve ser superada através de um ensino que considera a reflexão sobre a realidade e como os seres humanos se relacionam com o espaço geográfico.

Essa reflexão, entretanto, precisa ser estimulada pelos docentes através da leitura de textos que aprofundem os conteúdos curriculares e potencializem os debates em sala de aula. Vale salientar que a formação humana do estudante passa pelo estímulo à reflexão crítica sobre o espaço geográfico através de leitura de textos, complementado com a produção de textos que possibilita a valorização da reflexão e da crítica sobre a realidade, bem como a possibilidades dos alunos identificarem as consequências e alternativas aos problemas e contradições do sistema capitalista. Assim, os alunos podem expressar suas opiniões sobre determinado assunto, fazendo relações com outros conteúdos já trabalhados, bem como noticiários de jornais, acontecimentos e conversas do dia-a-dia.

A leitura e produção de textos no ensino de Geografia

Uma das maiores dificuldades que a educação básica enfrenta é a deficiência dos estudantes na prática da leitura e escrita. Entretanto, é crucial que os professores, independente da disciplina curricular, possam priorizar e apontar para a necessidade dos estudantes saber ler, escrever e compreender o texto. A compreensão do texto é o caminho que possibilita o acesso aos conhecimentos científicos que a escola deve possibilitar aos alunos.

O texto é um instrumento de leitura da realidade, portanto é central que os professores possam apresentar em seus planejamentos para explorar a leitura, a escrita e a interpretação dos diversos estilos textuais. Para PONTUSCHKA *et al*,

Em qualquer disciplina, também em Geografia, é possível orientar os alunos para melhor maneira de estudar um texto, desenvolvendo a capacidade de lidar com essa forma de comunicação e ampliando a possibilidade de compreender a realidade social com maior profundidade. (2009, p. 219)

Nessa perspectiva, o papel da escola é possibilitar o acesso dos estudantes aos conhecimentos científicos e garantir que os mesmos tenham capacidade de compreender um texto. A compreensão dos conteúdos dos componentes curriculares nas escolas públicas passa pela prática da leitura e escrita. Entendemos a centralidade desse debate pela ausência dessas práticas no ambiente familiar dos alunos filhos dos trabalhadores. Nesse sentido, o ensino precisa priorizar e estimular essa prática na escola.

A partir de nossa experiência, enquanto professor da educação básica pública sobre o uso da leitura e escrita em sala de aula defendemos que elas são fatores importantes para superação das dificuldades de aprendizagem e possibilita a reflexão sobre a realidade social, econômica, financeira, geopolítica, ambiental e cultura de Sergipe, do Brasil e do mundo. Essa experiência tem demonstrado a cada ano letivo que o desempenho dos estudantes na disciplina cresce, bem como a familiaridade com a leitura e produção de textos dissertativos dos mais variados temas propostos em sala de aula. Outra questão que entendemos ser importante são os momentos de confrontos de ideias, em que todos podem expressar seus pontos de vistas.

Compreendemos que esses momentos deve fazer parte de todos os conteúdos trabalhados onde os alunos podem fazer relação com suas realidades. Esse deve ser o papel do professor em possibilitar que a realidade possa ser palpável, ou seja, todos possam compreendê-la e possam intervir nela diretamente.

A escola tem como missão levar os alunos a bem se desempenhar na escrita, capacitando-o a desenvolver textos em que os aspectos formal e comunicativo estejam bem conjugados, isto não deve servir de motivo para ignorar os processos da comunicação oral. A razão é simples, pois desenvolver um texto escrito é fazer às vezes do falante e do ouvinte simuladamente. (MARCUSCHI, 2008, p. 53)

Esses caminhos pedagógicos que as escolas públicas vêm tomando é resultado da profissionalização dos professores, onde grande maioria tem o curso superior em licenciatura que possibilita romper com a pedagogia tradicional, ainda muito forte em nossas escolas: públicas e privadas. O debate comum entre professores, independente do componente curricular, tem sido a dificuldade de leitura, escrita e compreensão de textos pelos alunos. Essa angústia tem desafiado muitos a inovarem na prática pedagógica, amparados por educadores defensores da pedagogia progressista que compreendem o papel do ensino como necessário para formação humana dos estudantes.

Devemos destacar a resistência dos professores das escolas públicas aos pacotes instrucionais comprados pelas Secretarias de Educação para negar sua autonomia pedagógica. Amparados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, os educadores tem exercido autonomia docente para inovar e buscar metodologias de ensino que promovam a aprendizagem de forma prazerosa para todos. Entretanto, tem sido comum, também, a atuação anti-pedagógica dos gestores públicos, (prefeitos, governadores, Secretários de Educação e diretores da escola) em dificultar o acesso dos professores e alunos aos materiais didáticos necessários ao desenvolvimento do conhecimento. Esse cenário de ausência de um plano de educação que tenha consequência nas escolas através do Projeto Político Pedagógico de cada unidade de ensino acaba, em algumas vezes levando a desistência dos professores, ou seja, o sistema consegue negar que exerçam o papel de profissionais da educação.

Já os professores das escolas privadas, em grande maioria, ainda sofrem com o controle dos "donos" das escolas que continuam defendendo o ensino centrado na pedagogia tradicional-burguesa e suas variações, salvo algumas escolas constituídas para funcionar numa perspectiva pedagógica progressista.

A pedagogia tradicional-burguesa aposta que os alunos são receptores de conhecimento e a eles cabe o papel de ficarem sentados, comportados, calados e obedientes ao professor para que possam passar os conhecimentos de modo a memorizá-los para tirar boas notas nas provas no final de cada unidade. "A crítica ao ensino tradicional era justa, na medida em que esse ensino perdeu de vista os fins, tornando mecânicos e vazios de sentido os conteúdos que transmitia". (SAVIANI, 2008, p. 18)

Já em relação ao uso estratégico da geografia como instrumento de alienação e de poder, o ensino tem ainda priorizado a pedagogia tradicional-burguesa. Essa metodologia permite que os alunos percebam os problemas econômicos, sociais e ambientais do espaço geográfico, mas não conseguem entendê-los porque eles estão acontecendo. A geografia, portanto, acaba se transformando numa disciplina curricular

desinteressante, pelo fato de necessitar da memória para reter nome de rios, regiões, países, altitudes, etc.

O desafio dessa ciência, portanto, é colocar os seres humanos no centro das preocupações, refletindo sobre a ação humana em todas as suas dimensões. Na realidade, ela é um instrumento de poder para aqueles que detêm os seus conhecimentos. CAVALCANTI (2010, p. 20), discutindo a reformulação do ensino de geografia no Brasil, aponta que "as possibilidades da geografia e da prática de ensino de cumprirem papéis politicamente voltados aos interesses das classes populares". Nessa perspectiva, CAVALCANTI (2010, p.20) alerta o debate que vários estudiosos vêm fazendo da necessidade do ensino da geografia considerar "o saber e a realidade do aluno como referência para o estudo do espaço geográfico".

Precisamos, portanto, de uma geografia que acompanhe as mudanças da sociedade e que seja causadora também de mudanças, trazendo transformações para a realidade da sala de aula, no que tange a formação de seres humanos conscientes e interessados pela realidade social que os cerca. Para que isso aconteça, é necessário acabar com a educação bancária no ensino de Geografia como nos ensina Paulo Freire. Nesse modelo de educação bancária, condenado por Freire (1988), o professor deposita conhecimento nos educandos, que memorizam conteúdos e repetem nas provas. O conhecimento torna-se, assim, meramente uma transposição de ideias sem sentido para os estudantes.

A educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz "comunicados" e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção bancária da educação, em que a única margem de ação que os oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 1988, p. 58)

Para romper com esse modelo de educação alienante, FREIRE (1998, p. 32) defende a pedagogia do oprimido "que faça da opressão e das causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará".

O ensino de geografia deve está orientado para formação humana. Entendemos que produção do texto dissertativo é um caminho para formação humana, onde os alunos têm a possibilidade de expressarem suas ideias a partir do entendimento, de forma crítica, sobre determinado assunto. O desafio é tornar significativo o contexto das aulas de modo que os alunos possam problematizar os temas e trazer argumentos diversos para as aulas. Assim, podem despertar o interesse para a inserção como sujeito do processo pedagógico, contribuindo para a formação de sua autonomia de modo que possam intervir diante das injustiças sociais.

O ensino que possibilite a emancipação humana vai de encontro à proposta da educação tradicional que era marcada pela transmissão de conhecimento. O modelo tradicional de ensinar subestima a capacidade do aluno de criar e de ter sua própria visão sobre a realidade social. Assim, entendemos que o desafio é potencializar os conhecimentos, de modo a superar o senso comum para formação de uma consciência crítica.

A produção do texto dissertativo caracteriza-se pela defesa de uma ideia, de um ponto de vista, ou pelo questionamento acerca de um determinado assunto. Ele poderá ser produzido a partir de um contexto que estabeleça coerência e coesão do início ao fim. Cabe ao professor auxiliar os alunos na sistematização do conhecimento através de textos complementares para aprofundar o debate em sala de aula.

No sentido de possibilitar a produção de textos dissertativos, no início de cada ano letivo para ensino regular e de cada semestre letivo para Educação de Jovens e Adultos apresentamos algumas orientações que devem balizar a produção de textos dissertativos pelos alunos. Essas orientações são recorrentemente discutidas pelos alunos sempre que um novo texto dissertativo é produzido. A ideia aqui é facilitar que

possam desenvolver os argumentos de modo a identificar os problemas e o porquê de sua existência, bem como as consequências e as soluções possíveis a partir dos argumentos apresentados.

Defendemos um texto dissertativo que possa ser estruturado em, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta). Inicialmente os alunos podem achar difícil, mas na medida em que exercitam, produzindo textos a partir dos conteúdos trabalhados em sala de aula, auxiliados com textos complementares e debates, passam a familiarizar com a atividade. A produção de textos passa a ser uma prática que aponta para o grau de compreensão dos estudantes em relação aos conteúdos estudados.

Assim, já há alguns anos, estamos propondo no planejamento da disciplina Geografia da Escola Estadual Alceu Amoroso Lima e da Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Tancredo Neves, ambas em Aracaju-Sergipe, a produção do texto dissertativo como instrumento de fixação dos conteúdos. A produção de texto é o momento em que o aluno pode expressar o que entendeu sobre os conteúdos estudados e podem relacioná-los com sua realidade.

Nos primeiros dias do ano letivo apresentamos orientações para que os alunos possam estruturar seus textos dissertativos de modo a relacionar os conteúdos com sua realidade. Outra questão a se destacar é o uso das regras de pontuação para que as ideias fiquem claras a quem está lendo. Assim, o texto deve ser escrito em frases sucintas (ou mesmo em simples palavras) sem rodeios (afinal, deve convencer o leitor pela força dos argumentos, não pelo cansaço) daí ser preferível o uso da terceira pessoa. As orientações são as seguintes:

1. Na introdução o aluno deve apresentar a ideia ou o ponto de vista que será defendido. Nesse parágrafo, o aluno deve escrever os argumentos sobre o tema proposto. Esses argumentos terão que ser a referência para a produção da segunda parte da redação, o desenvolvimento;
2. No que se chama de desenvolvimento defendemos a estruturação em dois parágrafos: o primeiro os alunos aprofundam as argumentações (explicações) para que o leitor possa entender as primeiras ideias já debatidas no parágrafo anterior. Nesse parágrafo, as explicações sobre o tema precisam estar postas com profundidade de modo que os estudantes possam fazer as devidas relações entre o conhecimento científico estudado e a realidade social conhecida; Já o segundo parágrafo, entendemos que os alunos devem apontar para o leitor as consequências ou mesmo o que poderá acontecer diante dos fatos relatados nos dois primeiros parágrafos. As consequências apontadas no texto devem servir de referência para a produção do último parágrafo da redação, a conclusão.
3. Conclusão é o quarto e último parágrafo do texto dissertativo em que se dá um fecho coerente ao texto com o desenvolvimento dos argumentos apresentados. Assim os alunos devem mostrar soluções que podem ser tomadas para que os problemas no terceiro parágrafo sejam solucionados ou as questões relatadas sejam aprofundadas. O último parágrafo do texto dissertativo é o momento em que podemos perceber o nível de criticidade dos estudantes e de entendimento do meio em que vivemos, ou seja, do espaço geográfico.

No texto estruturado em quatro parágrafos, cabe aos alunos o papel e a liberdade em apresentar suas ideias sobre o tema proposto pelo professor a partir dos conteúdos trabalhado em sala de aula ou temas trazidos para sala a partir de jornais ou acontecimentos do dia-a-dia. O papel do professor em subsidiar os alunos com textos auxiliares é importante, para que o debate não fique na superficialidade do senso comum como fazem os grandes meios de comunicações. Aprofundar o debate é crucial para que todos possam escrever seus textos tendo elementos suficientes para argumentar, apontar consequências e soluções reais e possíveis de serem realizadas, de modo a superar as relações de exploração capitalistas que resultam na configuração do espaço geográfico atual.

A elaboração de um texto dissertativo não está centrada na função poética da linguagem e sim na colocação e na defesa de ideias e na forma como essas ideias são articuladas. Nesse sentido, o texto precisa ter conexão de ideias para que possa apresentar coesão do início ao fim. "A conexão promove a coesão ao estabelecer uma relação (sintático-semântica) entre orações, períodos, parágrafos ou, ainda,

entre blocos supraparagráficos” (SILVA, 2008, p 11).

A produção do texto dissertativo coerente, de modo a fazer relações entre o conhecimento científico e a realidade é um momento importante no processo ensino-aprendizagem. Nesse momento, os alunos podem expressar o entendimento sobre o conteúdo curricular, mas também como esse conteúdo pode ser entendido a partir de suas realidades. Além disso, os estudantes podem apresentar alternativas de superação da forma como o espaço geográfico está organizado para servir a exploração capitalista. Compreender a realidade e discutir formas de superação das relações capitalistas é o passo importante para formação humana dos estudantes.

Além da produção do texto, os momentos de debates são essenciais para fixação dos conhecimentos estudados. Nesses espaços de debates cabe ao professor o papel de colaborar nas reflexões e fazer as devidas relações que os alunos não conseguiram chegar. A expressão oral requer contínuo exercício para que os alunos possam apontar suas compreensões apresentadas no texto, de modo que sejam contestadas e acrescentadas pelos colegas. Somos produto da “escola do silêncio”, ancorada na pedagogia tradicional-burguesa que defende o papel dos alunos na sala de aula é fica sentado diante do professor, esperando receber dele todo conhecimento. O conhecimento, portanto, deve ser absorvido sem fazer sentido para os estudantes que apenas memorizam para conseguirem boa nota ao final de cada unidade.

Essas são dificuldades que precisam ser vencidas e para isso o professor precisa estar motivado a mudar e preparado para instigar a curiosidade dos alunos inserindo-os no contexto da realidade dos alunos e da escola. É necessário que o professor esteja aberto a indagações dos alunos, deixando de lado a formalidade dos livros didáticos, para que o diálogo e a construção do conhecimento passem a permear a prática em sala de aula.

O livro didático é marca do ensino tradicional, pois este é produzido e utilizado de acordo com o interesse das classes dominantes. Ele é organizado para que o conhecimento sejam gavetas separadas sem relações. Caso o professor não faça essas relações o conhecimento passa a ser desinteressante e chato, como define os estudantes. Nessa lógica, o que é abordado não contribui para inserção do aluno na realidade. Essa forma de ensino interessa a classe burguesa, pois quanto mais alienado o aluno for, mais terá dificuldade de reagir ao que lhe é imposto. O papel do ensino de geografia, portanto, é estimular a reflexão, o debate, a produção de ideias e opiniões sobre a realidade em que vivemos.

O movimento da pedagogia não pode ser compreendido senão em relação aos seus sujeitos, e tendo como preocupação os processos de formação humana. Quer dizer, é preciso olhar para cada escola buscando enxergar não uma pedagogia ou a implementação de uma proposta pedagógica, mas os sujeitos particulares que a fazem ser uma escola e como em seu cotidiano, que não é apenas escolar, vão se formando como seres humanos, ou vão buscando jeitos de aprofundar ou alargar sua condição humana. (CALDART, 2004, p. 416)

A construção do plano de trabalho docente é fundamental para orientar o trabalho do professor. O plano aponta os momentos de transmissão do conhecimento científico, de pesquisa, de produção de texto, de debates e de outras atividades que o professor julgue necessárias para fixação dos conteúdos curriculares como: excursões, questionários e observações do espaço, de jornais televisivos.

Vale destacar que o planejamento serve de orientação, mas a depender do perfil das turmas ele é alterado e adaptado a cada realidade. Assim, o professor deve respeitar o ritmo de aprendizagem de cada turma e de cada aluno para que não se busque padronizar o que não se deve. Deve-se respeitar o ritmo de aprendizagem, mas deve, também, desafiar os estudantes a produção de textos, ao debate e a pesquisa para que o espaço geográfico seja percebido por ele a partir de suas relações que o faz com o conhecimento científico.

Conclusão

A resistência dos professores das escolas públicas aos pacotes instrucionais é o diferencial que vem transformando o ensino em instrumentos para emancipação humana. Os gestores públicos têm transformando o ensino público em negócios através da compra de pacotes instrumentos para formar os alunos à subserviência, visando os interesses do capital. Desse modo, o desafio posto para os educadores é estudar e desenvolver metodologias de ensino, visando a reflexão crítica dos estudantes sobre a realidade a realidade social.

Nesse cenário de disputa de concepção de ensino, a geografia não fica a parte. A ciência geográfica, na perspectiva da formação humana, deve colocar a reflexão sobre as contradições existente no espaço geográfico como prioridade. Nesse sentido, a produção de textos dissertativos é um instrumento para dá condições aos estudantes de modo que compreenderem a realidade de forma crítica.

A produção de textos pelos alunos como instrumento para ensino da geografia é um instrumento metodológico para o rompimento dessa ciência com ensino tradicional. O ensino dos conhecimentos geográficos deve caminhar no sentido de promover a reflexão crítica dos estudantes sobre a ação humana em todas as suas dimensões. Nesse sentido, a produção de textos dissertativos vem sendo instrumentos utilizados para facilitar essa aproximação entre o conhecimento científico e a realidade social.

Nossa experiência, enquanto professor da educação básica pública, tem demonstrado que a produção de textos vem contribuindo contribuir para transformar o estudo dos conhecimentos geográficos prazeroso. Destacamos que esse método de ensino não se aplica uniformemente em todas as salas de aulas e com todos os alunos. Esse é um dos desafios que cabe ao professor está replanejando sempre sua prática para melhor adequar a essas realidades.

Referências

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF, MEC, 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASSAB, Clarice. Reflexões sobre o ensino de geografia. **Revista Geografia: Ensino e Pesquisa**, Santa Maria, v.13 n.1, p. 43-50, 2009.

CAVALCANTI, Lona de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 16ª edição. Campinas, São Paulo: Papirus – Coleção magistério, formação e trabalho pedagógico, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 18ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação**. 2ª edição, Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PONTUCHKA, Nídia Nacid, PAGANELLI, Tomoko Iyda e CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. Coleção docência em formação série ensino fundamental. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Roberto Silva. A padronização curricular da prova Brasil, a pedagogia das competências e a educação para o conformismo social. **Seminário Nacional Democracia, Direitos Humanos e Desenvolvimento**, 2012, p. 201-216.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10ª edição, Campinas, São Paulo: Autores Associados – Coleção educação contemporânea, 2008.

SILVA, Luciana Pereira. **Prática textual em Língua Portuguesa**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.

SINTESE. Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Sergipe. **A Escola Democrática e Popular**: a educação que queremos. Projeto para a Educação Pública de Sergipe. Aracaju-Sergipe, 2013.

¹Professor Efetivo da Educação Básica (SEED /SEMED); Diretor Executivo do SINTESE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe; Vice-Presidente da CUT- Sergipe – Central Única dos Trabalhadores. E-mail: rosilvatos13@yahoo.com.br